

Clube de Paris discrimina o Brasil

Luiz Roberto Marinho

BRASÍLIA — O Brasil foi hostilizado no Clube de Paris ao participar, entre os dias 15 e 21 últimos, da rodada de negociações que formalizou a redução à metade da dívida da Polônia. Único país em desenvolvimento a integrar as negociações, na qualidade de terceiro maior credor do governo polonês, pela primeira vez o governo brasileiro sentou-se ao lado dos seus credores também como credor, no fórum onde tem débitos vencidos de US\$ 4 bilhões e onde são tratadas as dívidas de governo a governo.

O evidente desconforto dos membros ricos do Clube com a presença brasileira se traduziu em pelo menos dois gestos de descaço, revelam fontes do Itamarati. No primeiro, logo no início das discussões, a palavra era passada para outro país, o Canadá, quando chegava a vez da delegação brasileira falar, pela ordem a quarta a se pronunciar nas conversações. A intervenção da própria delegação canadense, solicitando que se ouvisse o Brasil pela ordem de intervenções, sanou o mal-estar.

Em outra atitude de má vontade, uma proposta do Brasil levou dois dias para ser discutida pelos demais participantes da mesa de negociações. A delegação brasileira sugeriu que a metodologia mais adequada para se medir o perfil do pagamento do principal da dívida é

pelo ajuste das taxas de juros. A sugestão foi imediatamente encampada pelas delegações da Alemanha e do Canadá, mas só quando o Japão concordou com ela, dois dias após ter sido levantada, é que acabou sendo levada em consideração. Foi somente a partir daí que se desanuviou o ambiente para a comitiva brasileira.

Apertado — Numa jornada de trabalho praticamente ininterrupta de sete dias, que em algumas ocasiões varava a noite, 16 países, todos desenvolvidos, conseguiram chegar a um acordo sobre como perdoar metade da dívida polonesa, gesto que tem como pano de fundo, acenado principalmente pelos Estados Unidos, a justificativa de que o país passa pela difícil transição do comunismo para o capitalismo. Num valor em torno de US\$ 35 bilhões, a dívida será consolidada até 31 de março passado e reescalada em 18 anos, com três de carência, mas de forma a ser diminuída à metade ao final dos 18 anos de prazo.

Participaram das negociações Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Itália, Japão, Noruega, Holanda, Inglaterra, Suécia e Suíça. Apertado entre eles, o 17º era o Brasil, único primo pobre na mesa, à qual se sentou porque a Polónia lhe deve e não pagou, desde o início da década de 80, US\$ 4,3 bilhões. Esta conta só é inferior à que o governo polonês contraiu com a Alemanha, seu maior credor, e com a França, cujos

valores não são muito superiores à dívida com o Brasil.

A delegação brasileira, de seis integrantes, chefiada pelo diretor-adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Jorge Fagali Neto, teve uma primeira surpresa chegando à reunião do Clube de Paris: constatou que a Polónia devia e não pagava a muitos outros países além do Brasil.

Sem saída — Para o governo brasileiro, não havia outra saída senão concordar com a diminuição da dívida polonesa. Se não formasse na corrente do perdão à Polónia, seria excluído do Clube e tornaria impraticável a renegociação da sua própria dívida governo a governo, que soma um total de US\$ 30 bilhões, entre principal e juros, dos quais US\$ 4 bilhões estão vencidos. Parte da hostilidade dos membros natos do Clube de Paris à presença brasileira na negociação, constatou a delegação, se devia justamente a um certo temor de que o Brasil não concordasse com o perdão ou pudesse tumultuar as conversações.

Nada garantia ao Brasil, por outro lado, que se não aderisse, a Polónia quitaria o que lhe deve. “É melhor ter a promessa de receber a metade do que não receber nada”, justifica um diplomata do Itamarati. E esta perspectiva, que já era latente no governo brasileiro, se concretizou a partir do relatório do Fun-

do Monetário Internacional (FMI) levado à reunião do Clube de Paris. O relatório afirma, com todas as letras, não haver a menor condição do governo polonês pagar o que deve a quem quer que seja.

O quadro polonês pintado pelo FMI era de tal forma pessimista que o próprio Fundo, no seu relatório, sugeria tornar ainda mais suave o perdão de metade da dívida da Polónia, propondo o reescalonamento com 25 anos de prazo e oito de carência. Sem que o presidente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, permitisse às 17 delegações interromper as conversações para consultas a seus governos, obrigando-as a tomar decisões na hora, no calor das negociações, chegou-se finalmente à metodologia do perdão. Somente seis credores — Estados Unidos, Alemanha, Finlândia, Holanda, Suécia e Inglaterra — resolveram, no reescalonamento, abater parte do principal. Os outros, incluindo o Brasil, farão a redução pela diminuição dos juros.

A delegação brasileira, no documento que assinou no Clube de Paris, ressaltou que a sua concordância depende da aprovação do Senado, por cujo crivo tem de passar qualquer acordo na área externa, conforme determina o artigo 52 da Constituição. No próximo mês, chega a Brasília — como ocorrerá nas capitais dos outros 16 credores — uma missão do governo polonês para amarrar as minúcias do perdão.